

DIMENSÕES GEOGRÁFICAS, LITERÁRIAS E TRADUTÓRIAS DO EXÍLIO GEOGRAPHIC, LITERARY AND TRANSLATABLE DIMENSIONS OF EXILE

Giovana Cordeiro Campos¹
Maria Clara Castellões de Oliveira²

RESUMO: Este trabalho aborda as dimensões geográficas, literárias e tradutórias do exílio. No intuito de discutir as rupturas ocorridas no indivíduo exilado, investigamos os eventos de migração primeiramente sob o ponto de vista dos estudos geográficos, depois passamos pelo fenômeno da diáspora para, então, averiguarmos as origens históricas e as conseqüências do exílio para o indivíduo. Nesse caminho, tomamos como base a proposta de Paul Ilie (1980), do exílio interior, para discutimos as diferenças existentes entre o exilado, aquele que se vê forçado a se exilar, e o expatriado, aquele que se desloca por opção. Posteriormente, estabelecemos uma relação pertinente entre a condição exílica e a literatura para, finalmente, relacionarmos exílio e tradução, tendo como suporte o texto “A Tarefa do Tradutor” de Walter Benjamin (1923).

PALAVRAS-CHAVE: Exílio. Deslocamento. Geografia. Literatura. Tradução.

Introdução

Atualmente, a condição exílica passou a ser relevante nos estudos literários, podendo ser considerada como uma categoria de discussão a respeito das produções literárias. De forma geral, o exílio é visto como um evento que pressupõe um deslocamento espacial. Sob a perspectiva dos estudos geográficos, os deslocamentos humanos são abordados como fenômenos coletivos de migração. Ainda dentro da coletividade, há o espaço da diáspora, fenômeno primordialmente judaico que amplia a noção de espaço nacional. Contudo, a problemática do exílio pode ser também tomada a partir das significações e efeitos que produzem nos indivíduos, levando a discussão para o campo particular.

Paul Ilie (1980), em *Literature and Inner Exile (Literatura e exílio interior)*, propõe a noção de exílio interior, levando em consideração as rupturas ocorridas dentro do indivíduo, anteriormente ao deslocamento espacial. A partir da discussão a respeito dos deslocamentos humanos, abordamos o uso dos vocábulos “exilado” e “expatriado” que, a nosso ver, não se revelam sinônimos quando a problemática do exílio é estudada mais a fundo, uma vez que advogamos haver uma diferença entre aqueles que optam pelo exílio e os que a ele se vêem forçados. Ainda dentro dessa discussão e a partir do texto *A tarefa do tradutor* (1970), de Walter Benjamin, relacionamos exílio e tradução, reiterando ser o procedimento tradutório um ato de resgate de textos que se encontram exilados.

1. Os deslocamentos humanos

1.1 As migrações

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Bolsista CAPES.

² Doutora em Estudos Literários. Professora do PPGL da UFJF.

O estudo da mobilidade humana está inserido, em termos geográficos, no ramo da Geografia da População, área que se tornou bastante relevante em meados do século XX. Esse campo de estudo lida com a evolução dos padrões mundiais de distribuição da população, tanto em termos de quantidade quanto de suas características. A palavra-chave aqui é distribuição, ou seja, o olhar dessa área particular de estudo está vinculado a uma noção de distância espacial. Sob a ótica da espacialidade, os deslocamentos humanos são estudados no campo da migração. Segundo Glenn T. Trewartha, em *Geografia da população* (1974), o termo migração apresenta várias significações, sendo a mais comum a de que representa uma movimentação que culmina em uma mudança de domicílio.

De acordo com o mesmo autor, essa definição é extremamente restritiva, uma vez que ignora os deslocamentos que envolvem as viagens diárias periféricas, as movimentações temporárias dos turistas, os deslocamentos sazonais e o caminhar das populações nômades. Assim, Trewartha aponta para a necessidade, dentro do escopo da geografia, de que o termo migração abranja a mobilidade populacional em todas as suas formas (p.166). De qualquer maneira, é considerado migrante, sob uma perspectiva geográfica, o grupo (ou indivíduo) que, devido a circunstâncias diversas, sai das fronteiras de sua terra de origem em direção a outros territórios.

A população mundial, por razões ecológicas, econômicas, religiosas e/ou políticas, tem a mobilidade como uma de suas principais características. Ainda que a maioria dos indivíduos apresente uma preferência por se manter em uma mesma localidade, uma parcela considerável da população mundial tende a trocar o local de residência ou a se submeter a viagens periódicas ou não-periódicas (p. 166). Ao analisarmos a história da humanidade, observamos que o ser humano pode ser caracterizado como “uma criatura móvel” (p. 165).

Os povos pré-históricos já se deslocavam, motivados por circunstâncias ecológicas. Esses povos tinham a tendência de procurar um ambiente similar ao que abandonavam. Fatores econômicos também originam deslocamentos, por ser grande o número de pessoas que transferem o local de residência em busca de melhores oportunidades de emprego. A Era Moderna oferece-nos um exemplo de mobilidade devido a questões de ordem econômica, com o fenômeno conhecido como êxodo rural, em que muitos dos migrantes provenientes de regiões agrícolas transferem-se para a região das cidades, um ambiente bastante diferente do local de origem, em busca de melhores condições de vida e trabalho.

A religião figura como uma significativa razão que pode levar a uma movimentação populacional. As Cruzadas, por exemplo, ocorridas no período que cobre o intervalo entre os séculos XI e XIII, tiveram início sob a égide do espírito religioso medieval da Europa

ocidental. Elas foram expedições militares e religiosas dos cristãos, normalmente a pedido do Papa, com o objetivo de recuperar a Terra Santa (inclusive Jerusalém), que estava sob o domínio dos muçulmanos. Fatores de ordem política também podem induzir à movimentação humana. Em governos ditatoriais, é comum a prática do exílio forçado para pessoas contrárias à ideologia imposta. No período em que o Brasil foi governado por militares, por exemplo, muitos foram os cidadãos, entre eles vários intelectuais, que se viram forçados pelas circunstâncias a deixar o país sob a ameaça das perseguições políticas.

Existe uma grande dificuldade em se diferenciar os fatores causadores de um deslocamento populacional, simplesmente porque as migrações podem ser motivadas por mais de uma razão. O fator econômico, por exemplo, pode estar ou não diretamente relacionado ao fator político. No caso das Cruzadas, os fatores econômico e político também tiveram relevância, uma vez que o papado tinha como objetivo ampliar seu poder não somente religioso, como também político. Além disso, as Cruzadas representavam, para os comerciantes, a possibilidade de aumento do fluxo mercantil.

Outro caso relevante é o da Segunda Guerra Mundial, durante a qual a política anti-semita dos nazistas obrigou os indivíduos de origem judaica a fugirem dos domínios alemães no intuito de salvarem a própria vida. Entretanto, a própria situação de destruição promovida pela guerra em geral já é suficiente para induzir o deslocamento da população para áreas que propiciem maior segurança, condições de trabalho, etc., independentemente da perseguição política, religiosa e/ou racial. Obviamente, a necessidade de salvar a própria vida parece-nos ser a motivação mais relevante nesse caso, entretanto, o objetivo de se obter uma vida melhor, bem como a vontade de professar livremente os costumes religiosos, não devem ser ignorados.

Segundo Trewartha, o processo migratório teve grande impulso com o progresso tecnológico. A melhoria das redes de transporte, bem como dos sistemas de comunicação, é apontada com fator indutor para o deslocamento da população. De acordo com esse autor, as sociedades avançadas tendem a apresentar uma mobilidade intensa. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 1969, cerca de um quarto da população americana vivia em um estado diferente daquele em que nasceu e cerca de uma, em cada cinco pessoas, mudava de domicílio (1974, p. 166).

As migrações caracterizam-se como sendo específicas e particulares a certos continentes, países, regiões, localidades e cidades, não sendo possível, segundo Trewartha, comparar com exatidão a mobilidade populacional de todos os países do mundo. Desse modo, os estudos geográficos em geral tratam a questão no âmbito da coletividade, destacando os

tipos, causas, conseqüências e modo pelos quais as migrações ocorrem. Embora qualquer tipo de classificação que envolva migrações seja bastante complexo, Trewartha cita o estudo de William Petersen (1958), no artigo *A General Typology of Migration (Uma tipologia geral da migração)*, que propõe cinco classes: primitiva, forçada, impelida, livre e maciça.

A migração primitiva relaciona-se à incapacidade do grupo populacional em lidar com as condições do ambiente, estando diretamente ligada a fatores ecológicos, em um tipo de interação homem e natureza. Este é o caso de algumas populações nordestinas brasileiras cujas cidades foram invadidas pela areia das dunas em constante movimentação. Quando o elemento que estimula a migração é o Estado ou uma instituição social, a migração se divide em duas classificações: migração forçada e migração impelida. Enquanto a primeira tem lugar quando os migrantes não têm qualquer tipo de escolha com relação ao destino que irão tomar, a segunda implica algum poder de decisão por parte do migrante quanto ao local de destino. Em ambos os casos, a motivação é política, assim, a interação é do homem com o Estado (ou equivalente).

O caso do povo judeu, na Segunda Guerra Mundial, é um exemplo desses dois tipos de migração em grande escala. Os indivíduos enviados a campos de concentração configuram uma migração forçada, uma vez que não tiveram poder de decisão no que tange ao lugar de destino. Os sujeitos foram literalmente obrigados a se deslocarem para os campos que, em muitos casos, localizavam-se em outros países da Europa que não aqueles de sua origem. O caso daqueles que conseguiram escapar da morte e dos campos de concentração pode ser visto como representante de uma migração impelida. Eles viram-se obrigados a fugir pelas circunstâncias e tiveram um relativo poder de decisão com relação ao destino (havia cotas de entrada nos Estados Unidos, por exemplo).

Já a migração livre baseia-se na vontade do indivíduo e não envolve a influência de fatores externos. Esse tipo de migração apresenta uma interação norteadada pela relação homem e suas normas, sendo a força migratória determinada pela tendência do indivíduo, ou de seu grupo, a aspirações mais altas. A migração livre envolve, geralmente, apenas pequenos grupos, uma vez que lida com o gosto pela aventura ou o desejo de progresso pessoal (TREWARTHA, 1974, p. 174). Esse tipo de migração, normalmente, tende a começar com um número pequeno de pessoas, mas pode vir a transformar-se em um fenômeno de massa, a então chamada migração maciça. Essa é caracterizada por um movimento social de comportamento coletivo.

Podemos citar como exemplo de migração livre e, posteriormente maciça, a migração pioneira da Europa para o Novo Mundo. Em um primeiro estágio, teve lugar uma migração

livre, sendo os primeiros grupos de migrantes formados por alguns aventureiros e intelectuais movidos pelos seus ideais. Seguiu-se à migração livre uma migração maciça, por meio da qual, aportaram no Novo Mundo grupos de povoamento e urbanização em uma escala bastante superior.

1.2 Exílios e diásporas

Enquanto os estudos geográficos se detêm na mobilidade espacial de grupos de pessoas como um processo de migração, os estudos sócio-históricos interessam-se pelos deslocamentos humanos fundamentalmente como processos exílicos, podendo ser de ordem não apenas coletiva, mas também individual. Assim, o foco das pesquisas abrange não somente as causas das movimentações, mas também os efeitos dessas nos indivíduos. Nesse momento, interessam-nos particularmente as considerações de Paul Ilie (1980) presentes em *Literature and Inner Exile*, obra na qual o autor aborda não somente a perspectiva espacial e temporal dos deslocamentos, mas, também, o deslocamento do ponto de vista psicológico.

Um termo bastante utilizado no campo das migrações coletivas é “diáspora”. Ele tem estreita relação com as migrações populacionais, entretanto, seu escopo de significação abrange muito mais do que o sentido original grego de dispersão de um grupo. Por muito tempo, essa palavra foi usada para designar as comunidades judaicas exiladas que se organizaram em cada país de destino, mantendo a religião e os hábitos culturais de seu povo. Conforme percepção de Maria Clara Castellões de Oliveira, em sua tese de doutorado intitulada *O pensamento tradutório judaico: Franz Rosenzweig em diálogo com Benjamim, Derrida e Haroldo de Campos* (2000): “a história do povo judaico, desde os seus primórdios, esteve marcada pela consciência da necessidade de manutenção de uma identidade em um espaço deslocado e pela conseqüente disposição a não se fazer concessões às terras que o acolheram” (p. 66).

Segundo Michel Bruneau, em *Espaços e territórios de diásporas* (1998), somente a partir dos anos 80 do século XX, a noção de diáspora deixou de ser vinculada às movimentações do povo judaico para ser aplicada a outros contextos. Assim, tomou-se por diáspora o fenômeno de dispersão de grupos que, apesar de se encontrarem em terra estrangeira, mantêm a coesão (p. 2). Segundo Bruneau, P. George (1984), em *Géopolitique des minorités (Geopolíticas das minorias)*, afirma ser a referência a um território de origem característica fundamental ao fenômeno diaspórico: “Os traços comuns às diferentes diásporas, são, primeiramente, uma identidade etnocultural que se exprime por uma

comunidade de crença, língua, modo de vida, e provém de uma fonte territorial e de uma história localizadas num espaço de referência que está na ideologia do conjunto, a pátria comum... o paraíso perdido” (GEORGE citado por BRUNEAU, 1998, p. 3).

Toda diáspora pressupõe um deslocamento espacial, entretanto, o inverso não necessariamente se verifica. Os espaços de diáspora somente têm lugar quando há uma forte referência a uma tradição anterior ao deslocamento e que sobrevive no país de acolhimento. Assim, não importa se o grupo é extenso ou minoritário, mas sim, se ele preserva seus costumes. Dessa forma, são criados espaços de identidade nacional na terra estrangeira, dissolvendo a noção de fronteira física.

Ser membro de uma diáspora é uma escolha consciente e pressupõe uma adaptação ao país de destino, mas nunca uma assimilação. Segundo Bruneau, são três as características primordiais para definir uma diáspora: a reivindicação de uma identidade étnica ou nacional, a existência de uma organização política, religiosa ou cultural e a manutenção do contato, ainda que imaginário, com o país de origem (1998, p. 6). A ligação com o país de origem se dá, predominantemente, no espaço da memória coletiva e individual. A imagem da terra natal é reconstituída no país de destino. No caso das diásporas que perderam o território físico, a terra natal sobrevive por meio das cerimônias religiosas, do folclore e da literatura, herdados da cultura de origem, perpetuada no contexto de destino.

1.2.1 Significações e efeitos do exílio

O exílio, segundo Paul Ilie, é uma das mais antigas manifestações da condição social humana (1980, p. 1). Na Grécia Antiga, o exílio era uma forma de banimento decidida por meio do voto secreto. Essa forma de exílio involuntário teve como base um processo democrático. Em tempos e espaços mais próximos, entretanto, o exílio passou a ser imposto por governos autoritários (p. 1).

Historicamente, então, verificamos que a noção de exílio está diretamente ligada à idéia de uma sentença de punição. Um dos primeiros exemplos de exílio de que temos notícia é relatado na *Bíblia*: o episódio da Torre de Babel. Muitos anos depois do dilúvio, quando ainda se falava uma só língua, um grupo de homens que vivia no Oriente decidiu construir a maior de todas as torres para que alcançassem os céus: “Edifiquemos [...] uma torre cujo topo chegue aos céus e tornemos célebre o nosso nome” (Gênesis 11, p. 4). Isso significava uma direta desobediência às ordens de Deus para que os homens povoassem a terra. Deus, então, desceu dos céus e os puniu, confundindo-lhes a linguagem e dispersando-os por toda terra.

A modernidade apresenta muitos exemplos de situações exílicas, como as advindas de perseguições políticas, que obrigam os indivíduos contrários ao sistema político vigente a saírem dos domínios da pátria, em busca da manutenção de suas vidas e ideais. O exílio visto como punição acaba por absorver conotações essencialmente negativas, ligadas a uma noção de perda, porque traz consigo a idéia de privação da terra natal. Assim, o exilado perde não somente o espaço físico de sua pátria, mas também o contato com a cultura de seu grupo social. O resultado direto do exílio é o sentimento de isolamento e o desejo constante de retorno à terra de origem, se as condições forem propícias.

Essa última característica afasta as interpretações dos termos “exilado” e “refugiado”, uma vez que o último, embora denote afastamento da pátria, geralmente não tem como característica o desejo de retorno à mesma, implicando uma não-nacionalidade (ILIE, 1980, p. 5). Os conceitos de Paul Ilie foram trabalhados por Míriam Lídia Volpe, em sua tese de doutorado, intitulada *Geografias de exílio: Mário Benedetti, um intelectual latino-americano*, na qual a autora propõe o desexílio como uma nova categoria de análise. No que tange à mobilidade espacial, Ilie chama a atenção para o fato de que, modernamente, os inesperados benefícios do exílio vêm sendo considerados.

Em primeiro lugar, após a década de 40 do século XX, o exílio passou a ter uma conotação de resistência. Assim, os exilados seriam indivíduos que conseguiram sobreviver, bem como fizeram com que seus ideais permanecessem vivos, apesar do processo de marginalização e de perseguição a que foram submetidos. Esse trabalho de resistência adquire, portanto, respeitabilidade e a ele é conferido um teor de qualidade. Podemos tomar como exemplo o panorama brasileiro. Muitos foram os artistas e políticos brasileiros que se viram exilados em outros países no período da ditadura militar. Após a anistia, na segunda metade do século XX, os mesmos indivíduos, anteriormente perseguidos e ameaçados, ao retornarem à pátria, tornaram-se símbolos de resistência e vitoriosos aos olhos dos que aqui ficaram. Essa imagem perdura nos dias atuais, quando se tem, por exemplo, muitos indivíduos, outrora exilados, hoje ocupando posições de destaque no cenário político nacional.

Em segundo lugar, a contribuição promovida por intelectuais exilados, à literatura e à vida intelectual do país de destino, bem como à literatura e à vida intelectual da terra natal, vem sendo considerada. Isso acontece porque a situação exílica pressupõe um intercâmbio cultural. O exilado chega ao país de destino com o olhar voltado para o país de origem. Entretanto, o ser humano é um ser social por excelência e necessita adaptar-se às condições que o cercam. O indivíduo exilado passa a conviver com a ideologia e o modo de vida do país

que o acolheu e algum tipo de troca nos parece inevitável nessas condições. Segundo Edward Said, em *Reflexões sobre o exílio* (2003), “a maioria das pessoas têm consciência de uma cultura, um cenário, um país; os exilados têm consciência de pelo menos dois desses aspectos, e essa pluralidade de visão dá origem a uma consciência de dimensões simultâneas, uma consciência que – para tomar emprestada uma palavra da música – é contrapontística” (SAID, 2003, p. 59).

Podemos entender que o exilado se situa entre dois extremos: o da manutenção das características de sua terra natal e o da assimilação do novo modelo encontrado na localidade da acolhida. Assim, o exilado acaba por se encontrar em um espaço medianeiro, “um entre-lugar”, nomenclatura usada por Silviano Santiago ao abordar o discurso latino-americano, dividido entre a “assimilação do modelo original” de uma tradição européia e “a necessidade de produzir algo novo” (SANTIAGO, 2002, p. 23).

O mesmo distanciamento que faz com que a voz do exilado não seja ouvida no país de origem lhe permite uma maior liberdade para expor ou descartar velhos valores no novo contexto de destino. As percepções de Ricardo Piglia (1990) sobre o tratamento dispensado pelo intelectual latino-americano às tradições que lhe são nacionais e às estrangeiras podem ser associadas às de Ilie. Dessa forma, assim como Piglia, a partir das percepções de Jorge Luís Borges, cunhou o termo “mirada estrábica” para se referir a tal situação (PIGLIA, 1990, p. 62), Ilie afirmou que o escritor em situação de exílio “descobre que possui ‘novos olhos’ para ver sua condição [...], sua visão confere uma nova liberdade para tratar ou descartar material anteriormente censurado” (ILIE, 1980, p. 61-62).

A censura opera não somente no campo político, mas também cultural. Longe da censura, portanto, o escritor exilado tem maior liberdade para abordar não somente novos temas, mas também outras formas de expressão. Além disso, as inibições que anteriormente se encontravam subconscientes na residência nativa podem ser expostas ou descartadas no exílio. De acordo com S.R. Wilson, no artigo *El Cono Sur: The Tradition of Exile, The Language of Poetry* (1998), tudo isso faz com que a condição do intelectual/escritor exilado seja única, pois ele é capaz de analisar, interpretar e detalhar a natureza do exílio (p. 248).

1.2.2 O exílio interior

Paul Ilie propõe uma outra direção nos estudos sobre exílio. Usando como base o período ditatorial de Franco na Espanha, Ilie propõe uma idéia de exílio como condição

mental. Assim, o deslocamento espacial adquire caráter secundário frente ao que se passa dentro de um indivíduo ou grupo:

A separação do país de origem significa mais do que uma falta de contato físico com a terra e as casas. É também um conjunto de sentimentos e crenças que isola o grupo expulso da maioria. Uma vez que percebemos que o exílio é uma condição mental mais do que material, que desloca pessoas e seu modo de vida, então a natureza dessa separação [...] [é] mais profunda [...] a questão que estou levantando é se as estruturas internas do exílio não seriam fundamentais, sendo a localização geográfica de importância secundária (ILIE, 1980, p. 2, nossa tradução).

Desse modo, o processo de exílio tem início no subconsciente do indivíduo que se encontra em desajuste com a maioria. Um indivíduo ou grupo pode estar isolado, e, portanto, exilado, antes mesmo de ocorrer o deslocamento espacial. Viver em desacordo com a maioria implica a adesão a valores que não figuram na ideologia dominante. Assim, aquele que percebe a diferença de valores e responde a isso, vive em exílio, embora continue dentro das fronteiras territoriais de sua pátria. Antes que o deslocamento espacial ocorra, o indivíduo passa a ter um sentimento de deslocamento, de estranhamento, fazendo com que ele se sinta fora de lugar. Posteriormente, esse indivíduo sente a necessidade de expressar sua diferença, ou seja, o exilado começa a expressar concretamente o seu novo ideário e a se reconhecer como estranho e exilado frente ao olhar da maioria, que não compartilha de seus novos valores.

1.2.3 Exilado, expatriado e termos afins

Interessa-nos, nesse momento, discutir o uso prático dos termos “expatriado” e “exilado” nos estudos sócio-históricos. Os dicionários em geral tratam os dois termos como sinônimos. Entretanto, ao efetuarmos pesquisas sobre o assunto, observamos que o vocábulo “exilado” é mais freqüentemente usado para designar aqueles que foram obrigados a migrar. Por sua vez, “expatriado” é mais comumente usado para se referir ao exílio voluntário, haja vista o grupo de escritores que deixaram a terra natal para viverem em Paris na década de 20 do século XX e que são conhecidos como “expatriados” e não “exilados”, entre os quais Ernest Hemingway é uma das figuras centrais. Assim, parece-nos clara a noção implícita de punição e cerceamento da vontade na aplicação do termo “exilado”, o que já não se verifica no caso do vocábulo “expatriado”.

Ilie, no entanto, não faz diferenciações práticas entre os exilados forçados a deixarem o país e aqueles que o fizeram voluntariamente. Entretanto, ele cita que outros críticos o fazem, pois consideram que o exílio voluntário implica a opção de retorno, sendo a condição

exílica uma forma encontrada pelo indivíduo para, conscientemente, experienciar a alteridade. Para Ilie, todavia, tanto as partidas obrigatórias quanto as voluntárias pertencem a um mesmo fenômeno, simplesmente porque ambas promovem uma distorção temporal de uma forma desconhecida para aquele que permaneceu no local de origem (p. 64). O autor, entretanto, diferencia “emigrado” dos demais conceitos, ao colocar que esse termo se refere mais freqüentemente aos casos nos quais o indivíduo foi levado a migrar por razões econômicas.

Edward Said é um dos autores que fazem distinção entre “refugiados”, “emigrados” “exilados” e “expatriados”. Segundo ele, no já citado *Reflexões sobre o exílio* (2003), o “refugiado” é “uma condição do Estado do século XX” (p. 54). O vocábulo tem implicações políticas e abrange grandes grupos de pessoas em fuga que precisam de algum tipo de ajuda internacional. O “emigrado”, por sua vez, representa apenas um indivíduo que sai de seu país em direção a outro, estando implícita a possibilidade de escolha. Podemos entender, portanto, que esse termo tem um caráter mais geral, não levando em consideração as motivações do deslocamento.

Já o “exilado” carrega a marca indelével do banimento, ou seja, representa aquele que foi forçado a sair. Assim, “o exilado leva uma vida anômala e infeliz, com o estigma de ser um forasteiro” e “traz consigo um toque de solidão e espiritualidade” (p. 54). Finalmente, o “expatriado” é aquele que mora voluntariamente em outro país devido a motivações de ordem pessoal ou social. Desse modo, os “expatriados” não estão condenados à condição de estrangeiro e “podem [até] sentir a mesma solidão e alienação do exilado, mas não sofrem com suas rígidas interdições” (p. 54).

Concordamos com Ilie quando afirma que tanto o exílio voluntário quanto o sob coação possuem características em comum, sobretudo a da promoção de uma distorção temporal e de uma visão mais apurada dos contextos de origem e de destino. Também, como Said, pensamos ser importante distinguir os dois casos. Consideramos, como o estudioso, que a diferença tem lugar em termos da intensidade dos efeitos provocados pelo processo exílico sobre o indivíduo. Acreditamos que a necessidade de manter viva a imagem da terra natal é muito mais premente naquele que foi forçado a sair de sua residência e, portanto, foi destituído de seu “modo de viver legítimo” (SAID, 2003, p. 49).

O exilado sofre a saudade de sua terra, de seus amigos, de seu espaço de origem; ele não desejou a partida e a possibilidade da falta de convivência de fato com as suas tradições é algo de difícil aceitação. Ele é privado da vontade. Essa condição tem efeito direto na sua maneira de viver e pensar. Esse tipo de exilado encontra-se em uma situação de quase revolta, é um ser atormentado, saudoso, é aquele que dolorosamente se sente despojado do sentimento

de pertencimento, sente-se o estrangeiro, o alienígena dentro da nova cultura, que não representa a sua escolha primeira, pela terra natal.

Ao analisarmos mais especificamente o caso dos intelectuais e escritores exilados compulsoriamente, podemos entender que esses foram abruptamente separados da fonte de suas observações: o espaço de origem. Assim, quando exilados, percebemos que eles não pensaram em absorver características diferentes daquelas com as quais estavam habituados, não desejaram um olhar de distanciamento, não buscaram a alteridade, mas sim, vivenciaram o medo do esquecimento, a frustração do impedimento do retorno, a vontade quase desesperadora de manterem vivas dentro de si as suas tradições. Acreditamos que, para eles, todo o tempo de exílio é marcado pela separação de suas raízes e pela vontade de poder voltar à terra natal, de poder voltar a pertencer de fato a algum lugar.

O caso do expatriado configura-se como um fenômeno bem mais brando. A mobilidade, nesse caso, é promovida pelo desejo explícito de conviver com outra cultura, provavelmente considerada mais tolerante e mais viável a seus propósitos. No caso particular dos intelectuais e escritores, o intuito de se familiarizarem com outras culturas, sobretudo com as diferenciações, faz-nos pensar que a condição de estrangeiro foi previamente pensada e almejada. Embora também possam nutrir sentimentos de saudade, de medo do esquecimento e de não-pertencimento ao espaço de destino, o fato de o expatriado deter o poder de decisão sobre sua permanência ou não nessas condições faz muita diferença. No seu caso, não há impedimentos legais, sendo confortante saber que seu direito de escolha não foi cerceado.

O exilado, por outro lado, não detém o poder de alterar a sua situação. Nas palavras de Said, “o *pathos* do exílio está na perda de contato com a solidez e a satisfação da terra: voltar para o lar está fora de questão” (2003, p. 52), ou seja, o exilado está condenado a viver longe da pátria. O fato de o isolamento não ser premeditado faz do mesmo uma condição esmagadora e insuportável. Assim, a utilização de palavras e expressões como morte, humilhação, irremediável mutilação, perda de dignidade, ressentimento, solidão miserável, etc., faz parte do escopo do exílio, mas não tem lugar quando a discussão abrange o expatriamento.

2 Exílio e literatura

No contexto pós-moderno, o exílio se tornou uma importante categoria nas discussões sobre literatura, até mesmo, devido às reorganizações políticas do mundo moderno, resultantes do processo de descolonização, que abriu espaço para as vozes dos intelectuais

provenientes de ex-colônias. Momentos anteriormente marcados pela repressão e que provocaram deslocamentos por parte de muitos intelectuais que se viram obrigados a deixar a terra de origem passaram a ser vistos como geradores de uma produção literária específica, a dos intelectuais exilados. Ao mesmo tempo, essa produção passou a ser vista como altamente relevante para a compreensão não só do sistema literário de origem, mas, muitas vezes, do sistema literário do qual o intelectual exilado passou a fazer parte.

Nas palavras de Edward Said, “a moderna cultura ocidental é, em larga medida, obra de exilados, emigrantes, refugiados” (2003, p. 46). Nossa época é, na visão de Said, “a era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa” (p. 47) em consequência dos grandes conflitos pós-coloniais e imperiais (SAID, 1995, p. 407). O autor chama a atenção para o fato de que, da mesma forma que a luta pela independência gerou novas configurações políticas e territoriais, também gerou indivíduos rejeitados pela ordem estabelecida.

Segundo o referido autor, o pensamento acadêmico intelectual nos Estados Unidos, por exemplo, é resultado direto dos refugiados do fascismo, do comunismo e de outros regimes que determinavam a expulsão daqueles considerados dissidentes. Além disso, se fizermos um levantamento dos intelectuais atuantes em vários setores norte-americanos, como o cinema, por exemplo, verificamos que grande parte de seus referentes culturais tem relação direta com a diáspora judaica, principalmente.

As situações exílicas, apesar de contribuírem para um enriquecimento dos contextos culturais e literários entre os quais transita o intelectual, provocam um processo de mutilação (SAID, 2003, p. 46). Nesse sentido, o exílio também pode ser visto como uma perda para o sistema literário de origem, que se vê privado da contribuição dos indivíduos ora exilados. Além disso, há o aspecto humano, ou seja, a angústia provocada naquele ser que está fadado a viver longe de suas origens, de sua tradição, da geografia e da família (SAID, 2003, p. 47).

S. R. Wilson (1998), por sua vez, afirma que o exílio tem sido uma das mais importantes formas de expressão política na América Hispânica, tendo, ironicamente, gerado um grande senso de identidade e autenticidade (p. 247). Para Wilson, a condição do escritor exilado é única, pois ele é capaz de analisar, interpretar e detalhar sua condição exílica: o exílio significa mais do que uma nostalgia, ele representa uma espécie de ansiedade provocada no indivíduo pela necessidade de viver em condições espaciais e temporais diversas. O exílio representa um processo de reestruturação no qual não apenas figura o distanciamento físico, mas também o temporal. No exílio, o tempo precisa ser reinventado, uma vez que, ao partir da terra natal, o exilado se vê isolado do grupo ao qual pertencia, não estando mais em contato com as possíveis mudanças ocorridas no país de origem após sua

partida. Assim, para o exilado, o tempo relativo ao espaço de origem é o passado, não o presente. Uma vez isolado, o que lhe resta da terra natal são as imagens, as características, os sons, etc., gravados na memória.

As percepções de Wilson sobre o fato de a produção literária de escritores exilados ser intermediada pela memória e sobre a descontinuidade espacial e temporal entre o contexto original desses escritores e o seu atual *locus* de enunciação encontram-se também presentes no pensamento de Guillermo Cabrera Infante, escritor cubano exilado em Londres. Em *Mea Cuba* (1994), Infante afirma que a cultura é feita a partir da memória (p. 473). Para ele, não existe um povo sequer, sofisticado ou não, sem memória (p. 473).

Além disso, segundo o referido autor, no nosso tempo, a memória parece ter nascido em exílio (p. 474). Tal observação tem base no grande número de intelectuais que viveram ou ainda vivem em situações exílicas, como o próprio Infante. Ele ainda sustenta que “ser cubano é ter nascido em Cuba. Ser cubano é ir com Cuba a qualquer lugar. Ser cubano é carregar Cuba em uma memória persistente” (p. 481, nossa tradução). A afirmação deixa claro, como já foi observado, que existe no exilado uma noção de pertencimento à terra natal ainda que ele esteja afastado dela. Esse desejo de pertencimento geralmente origina a necessidade de se estar constantemente refletindo sobre a terra natal, até mesmo como forma de resistência, e as obras surgidas em situações de exílio muitas vezes apresentam a solidificação de posições políticas e ideológicas.

3 Exílio e tradução

Assim como aconteceu no âmbito da literatura, também no que se refere aos estudos sobre tradução, o exílio se tornou uma categoria importante. Em 1923, Walter Benjamin escreveu “A tarefa do tradutor” como prefácio a suas traduções dos poemas dos *Tableaux Parisiens*, de Baudelaire. Esse ensaio viria a se tornar um texto fundamental para aqueles que se interessam em estudar o processo tradutório, tendo sido discutido por vários críticos, incluindo Jacques Derrida (1987), em seu *De Tours de Babel (Torres de Babel)*. Qualquer que seja a interpretação dada ao texto de Benjamin, parece-nos clara a importância do mesmo para a reversão da visão da tradução como atividade meramente imitativa, de caráter secundário, a uma tarefa libertadora de renovação e criação.

Para discutir a questão da tradução, Walter Benjamin lançou mão de todo um conjunto de metáforas que, como percebeu Oliveira (2000), remonta à história de exílio e deslocamento do povo judaico e à tradição de interpretação das Escrituras por parte de rabinos

e cabalistas. Ao mesmo tempo, ainda de acordo com Oliveira, as percepções de Benjamin sobre a tradução deixam transparecer o quanto o mesmo se vale de concepções sobre o assunto, desenvolvidas no seio do idealismo e do romantismo alemães.

No ensaio acima referido, Walter Benjamin não discute a tradução como atividade de recepção, nem de representação, sequer de comunicação; o cerne da atividade tradutória para Benjamin está na forma: “a tradução é uma forma” (BENJAMIM, 2002, p. 191) cuja lei está no original, como observaram os românticos germânicos. De acordo com a leitura derridiana de Benjamin, essa lei se apresenta como uma demanda, o chamado original “exige a tradução mesmo se tradutor algum está ali” (DERRIDA, 2002, p. 36-37). Entretanto, de acordo com Benjamin, não são todos os textos que apresentam a demanda pela tradução, “mas apenas aqueles cujo modo de significação suplanta a sua função meramente comunicativa” (OLIVEIRA, 2000, p. 79). Dessa forma, a necessidade da tradução está premente no próprio original.

Ao discutir a necessidade de traduções, Benjamin fundamenta sua discussão na existência de uma língua pura, ou seja, a língua de Deus, aquela língua primeira que foi diluída e confundida em várias línguas após o evento da Torre de Babel, quando os homens foram condenados ao exílio lingüístico e a tradução se tornou inevitável. De acordo com Benjamin, cada texto “original” teria em si fragmentos dessa língua pura, recuperável apenas pelas relações entre as línguas. Assim, a tradução revela-se como atividade que promove a evolução do “original”, apresentando uma “atmosfera por assim dizer mais elevada e mais pura da língua” (BENJAMIM”, 2001, p. 201). O objetivo da tradução, segundo Benjamin, não é o de uma “mera reprodução de sentido” em uma outra língua, mas sim o de revelar a língua pura por meio da relação entre a língua do original e a língua da tradução: “redimir na própria a pura língua, *exilada* na estrangeira, *liberar a língua do cativo* da obra por meio da recriação – essa é a tarefa do tradutor” (BENJAMIM, 2001, p. 21, grifos nossos).

Um primeiro ponto a ser discutido é que a tarefa do tradutor é uma exigência. Entendemos, como Derrida, que uma relação de dívida é estabelecida. Essa dívida, entretanto, não é somente do tradutor para com o original, mas também do original para com a tradução. Como reivindica Benjamin, existe uma conexão vital entre original e tradução. Como vimos, a última é posterior à primeira e marca “o estágio da continuação de sua vida” (BENJAMIM, 2002, p. 193). A vida aqui remete não a um sentido orgânico, mas histórico: “é somente quando se reconhece vida a tudo aquilo que possui história [...] que o conceito de vida encontra sua legitimação” (p. 193).

O termo escolhido para determinar essa continuação no contexto alemão é “sobrevida” (do alemão *Fortleben*), porque, ao ser traduzido, “o original se modifica” (BENJAMIM, 2002, p. 197). Essa modificação ocorre exatamente porque temos uma concepção histórica da tradução. Else Vieira propõe a tradução “existência continuada” para o termo alemão no contexto brasileiro (1996, p. 70). Como atividade historicamente condicionada, a existência continuada do texto se dá na e pela sua transformação no eixo espaço/tempo. Os originais têm em si fragmentos da língua pura, mas que se encontram ocultos, não revelados. Sem a tradução, os originais ficariam restritos a seu espaço de criação, esquecidos em seu exílio.

Em segundo lugar, a tradução é a expressão maior da relação entre as línguas, na qual, como vimos, o original emerge com um ar lingüístico mais alto, mais puro. Logo, não é objetivo do tradutor restituir o original, mas iluminar, pela relação com a língua da tradução, a língua pura ali aprisionada. Assim, podemos entender que as línguas se complementam umas às outras, diferindo em sua expressão. Benjamim exemplifica essa questão com *brot* e *pain*, palavras que, embora apontem para uma mesma significação, têm como designação formas diferentes no francês e no alemão. Da harmonia de todos os modos de significação, emerge a língua pura, oculta nas línguas pelos diferentes modos de designar em separado. Remetendo-nos novamente ao evento da Torre de Babel, podemos entender que, ao condenar o homem à confusão das línguas, Deus, ao mesmo tempo em que impôs o exílio lingüístico, impôs aos homens a necessidade de tradução. Assim, a origem da tradução se dá em conjunto com a origem das línguas.

Um terceiro ponto a ser discutido é que a tradução é sempre posterior ao original. Dessa forma, mesmo que os momentos históricos de produção do original e da tradução sejam bastante próximos, um deslocamento temporal, ainda que mínimo, é estabelecido. Além disso, toda tradução pressupõe uma espécie de transposição de uma forma e sentido de uma determinada língua para outra. Como cada língua é representativa de uma determinada cultura e, portanto, de um determinado contexto, consideramos, principalmente a partir de Benjamin, a tradução como um processo de deslocamento de um texto de um espaço cultural para outro.

Dessa forma, um texto que se encontrava preso, exilado em um espaço/tempo determinado é libertado, vindo a receber uma nova leitura em um outro espaço/tempo, ou seja, é resgatado de seu exílio, vendo-se renovado em outro contexto. No que tange ao distanciamento temporal, Benjamim aponta para o envelhecimento a que está sujeito todo texto traduzido, uma vez que as línguas estão em constante mutação: “Aquilo que antes era novidade, mais tarde poderá soar gasto; o que antes era de uso corrente pode vir a soar

arcaico” (BENJAMIM, 2001, p. 197). Assim, novas traduções de um mesmo texto em diferentes tempos são sempre desejáveis.

Finalmente, para Benjamim, a tradução não restitui o sentido de um texto em sua totalidade, mas revela apenas uma pequena parte dele: “Da mesma forma com que a tangente toca a circunferência de maneira fugidia e em um ponto apenas, sendo esse contato, e não o ponto, que determina a lei segundo a qual ela continua sua via reta para o infinito, a tradução toca fugazmente e apenas no ponto infinitamente pequeno do sentido do original, para perseguir, segundo a lei da fidelidade, sua própria via no interior da liberdade do movimento da língua” (2001, p. 211).

Assim, se uma tradução representa apenas uma parte ínfima do sentido, traduções de traduções não são recomendáveis. Desse modo, a tradução revela-se uma forma de lidar com a estranheza das línguas de forma provisória, jamais definitiva, exatamente pelo seu caráter histórico. A tradução pode ser comparada a uma imagem congelada de um texto, que retrata um momento específico da relação entre língua do original e língua da tradução, sendo, portanto, datada. Não se pode dela extrair novas relações, ou seja, a língua pura não está ali exilada, mas exposta, pela relação entre as línguas, não possibilitando novo resgate.

Percebemos, nessas considerações, o caráter da tradução como poderosa forma de resgate de textos que se encontram em exílio. O texto de Benjamim, ao mesmo tempo em que reconhece a tradução como um processo metonímico, redime o tradutor, por mostrar ser a tradução uma exigência dos próprios originais. Além disso, demonstra ser a tradução responsável pela sobrevivência e renovação dos textos, o que retira da tradução o caráter secundário de ser uma mera cópia. A tradução, então, passa a funcionar como importante testemunho de um texto que é retomado em outro tempo/espço, passando a viver numa “materialidade diferente” (VIEIRA, 1996, p. 70).

Considerações finais

Os seres humanos tendem a se deslocar geograficamente, entretanto, as motivações que os levam a migrar podem gerar desdobramentos que vão além do escopo espacial. Dessa forma, o indivíduo pode estar submetido também a deslocamentos de caráter temporal e psicológico. As implicações advindas desses três processos de deslocamento, ou seja, o espacial, o temporal e o psicológico, levam a discussões relevantes no campo dos estudos literários e tradutórios.

Assim, o exílio deixou de ser visto apenas como uma condição de banimento para se tornar uma importante categoria no campo da crítica literária e tradutória. No caso dos estudos literários, verificamos que existe uma diferença entre os intelectuais que migraram por vontade própria e aqueles que foram obrigados a se deslocar geograficamente. Embora compartilhem características comuns, o exilado compulsório sofre muito mais com o processo de separação da pátria do aquele que optou pela migração, no caso, o expatriado.

No que concerne aos estudos tradutórios, a tradução também pode ser analisada sob a perspectiva do deslocamento. Para Walter Benjamin, a tradução é uma atividade de deslocamento de um texto de um contexto sócio-histórico-cultural para outro. Nessa trajetória, o sentido do texto-fonte não é restituído, mas sim modificado pela nova leitura que recebe no novo espaço/tempo. Nesse sentido, uma escritura que estava presa em um determinado contexto vê-se renovada em outro contexto, ou seja, o texto é, como reivindicou Benjamin, resgatado de seu exílio por meio da tradução, continuando a viver no novo universo.

ABSTRACT: This work approaches the geographic, literary and translatable dimensions of exile. In order to discuss disruptions occurred in the individual exiled, this paper firstly investigates migration events under the geographic point of view, then considers the diaspora phenomenon and analyses the historical origins and the consequences of exile for the individual. Paul Ilie's concept of inner exile (1980) is used to discuss the differences between the exiled person – the individual who is forced to exile – and the expatriate, who dislocates by choice. Next, a pertinent relation is established between the exilic condition and literature; lastly, exile and translation are related by means of Walter Benjamin's text "*The Translator's Task*" (1923).

KEY WORDS: Displacement. Exile. Geography. Literature. Translation.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. 2ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BENJAMIM, Walter. A tarefa-renúncia do tradutor. Trad. Susana Kampff Lages In: HEIDERMAN, Werner (Org.). *Clássicos da teoria da tradução*. Antologia bilíngüe Alemão-Português. Florianópolis: EDUFSC, 2001. p.188-215. v.1.

BRUNEAU, Michael. *Espaços e territórios de diásporas*. Trad. Lucy Magalhães. [s.l.], 1998. (Mimeo).

CABRERA INFANTE, Guillermo. An Exile by the Thames. In: CABRERA INFANTE, Guillermo. *Mea Cuba*. Trad. Kenneth Hall, Guillermo Cabrera Infante. New York: Farrar Straus Giroux, 1994. p.477-491.

DERRIDA, Jacques. *Torres de Babel*. Trad. Júnia Barreto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

ILIE, Paul. *Literature and Inner Exile: Authoritarian Spain, 1939-1975*. Baltimore, London: The Johns Hopkins University Press, 1980.

OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de. *O pensamento tradutório judaico: Franz Rosenzweig em diálogo com Benjamim, Derrida e Haroldo de Campos*. Belo Horizonte, 2000. Tese (Doutorado em Letras, área de concentração em Estudos Literários). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais.

PIGLIA, Ricardo. Memória y Tradición. In: CONGRESSO DA ABRALIC, 2, 1990, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 1990. v. 2, p.60-66.

SAID, Eduard. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Eduard. Reflexões sobre o exílio. In: SAID, Eduard. *Reflexões sobre o exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 46-60.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre a dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 11-28.

TREWARTHA, Glenn T. Mobilidade e migração In: TREWARTHA, Glenn T. *Geografia da população: padrão mundial*. Trad. Veneranda Barreto Hellmeister. São Paulo: Atlas, 1974. p. 165-177.

VIEIRA, Else Ribeiro. Fragmentos de uma história de travessias: tradução e (re)criação na pós-modernidade brasileira e hispano-americana. *Revista de Estudos de Literatura*, Belo Horizonte, UFMG, v.4, p.61-80, out. 96.

VOLPE, Míriam Lúcia. *Geografias do exílio: Mário Benedetti, um intelectual latino-americano*. Belo Horizonte, 2002. 282p. Tese (Doutorado em Letras, área de concentração em Literatura Comparada). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais.

WILSON, S.R. El Cono Sur: The Tradition of Exile, The Language of Poetry. *Revista Canadiense de Estudios Hispánicos*, [s. l.], n. 2, v. VIII, invierno 1984.